

RAFAEL CORREA

Lembro quando nos visitou, meses antes da campanha eleitoral na qual pensava candidatar-se à Presidência de Equador. Foi Ministro de Economia do governo de Alfredo Palácio, médico cirurgião com prestígio profissional, que também nos visitou em sua condição de Vice-presidente, antes de aceder à presidência, por situações imprevistas que aconteceram no Equador. Ele foi receptivo ao programa de operações oftalmológicas que lhe oferecemos como forma de cooperação. Existiam boas relações entre ambos os governos.

Pouco antes Correia tinha renunciado ao Ministério de Economia. Estava descontente com aquilo que qualificou de corrupção administrativa promovida pela Oxy, empresa estrangeira que explorou e investiu importantes quantidades de dinheiro, mas ficava com quatro em cada cinco barris de petróleo extraído. Não falou de nacionalizar, mas sim de cobrar elevados impostos que fixava de antemão a investimentos sociais pormenorizados. Já tinha aprovado as medidas e um juiz as declarou válidas.

Como não mencionava a palavra nacionalizar, achei que experimentava temor ao conceito. Não me surpreendia, visto que era economista graduado com grandes reconhecimentos por uma reconhecida universidade dos Estados Unidos. Não quis aprofundar muito, acossava-o com perguntas a respeito do arsenal acumulado na luta contra a dívida externa da América Latina em 1985 e da própria experiência cubana.

Existem investimentos de risco muito altos e de sofisticada tecnologia, que nenhum país pequeno como Cuba e o Equador poderia assumir.

Como já estávamos decididos a impulsionar no ano 2006 a revolução energética, sendo o primeiro país do planeta em proclamá-la assunto vital para a humanidade, fiz referência a esse tema com especial ênfase. Detive-me, compreendi algumas de suas razões.

Relatei-lhe a conversa que tive com o presidente da empresa espanhola REPSOL. A mesma, em parceria com outras empresas internacionais, empreenderia uma operação custosa para fazer perfurações no fundo marinho, a mais de 2 000 metros de profundidade, utilizando tecnologias sofisticadas nas águas jurisdicionais de Cuba. Perguntei ao chefe da empresa espanhola: Quanto custa um poço exploratório? Faço-lhe a pergunta por que queremos participar embora seja com o um por cento do custo, apetece-nos saber o que é que vocês querem fazer com nosso petróleo.

Correia, por seu lado, tinha-me contado que em cada cem dólares que extraíam as companhias, apenas vinte iam para o país; nem sequer entrevam no orçamento, expressou, ficavam num fundo à parte que era utilizado para qualquer coisa, mas não em favor do melhoramento das condições de vida do povo.

Eu derroquei o fundo, me disse, e concedi 40 por cento para a educação e a saúde, o desenvolvimento tecnológico e as vias, o resto para recomprar a dívida se o preço da mesma nos favorecia, ou pelo contrário investi-lo em algo mais útil. Antes todos os anos tínhamos que comprar uma parte dessa dívida que se encarecia.

No caso do Equador — acrescentou — a política petroleira apontava para a traição à pátria. Por que fazem isso? Perguntei-lhe, por medo aos ianques ou pressão insuportável? Ele me responde: Se têm um Ministro de Economia que lhes diz que privatizando melhora a eficiência, imagine você. Eu não fiz isso.

Estimulo-o para que continue e me explica com calma. A companhia estrangeira Oxy é uma empresa que fechou seu contrato e segundo a lei equatoriana precisasse da caducidade. Significa que a zona

onde operava a empresa tem que passar ao Estado, mas por pressões dos ianques o governo não se atreve a ocupá-lo, cria-se uma situação não contemplada pela legislação. A lei diz caducidade e nada mais. O juiz de primeira instância, que era presidente de PETROEQUADOR, fez isso. Eu era membro de PETROEQUADOR e nos chamaram com urgência para que participássemos de uma reunião onde seria destituído do cargo. Eu não participei e não puderam despedi-lo. O juiz declarou a caducidade.

O que é que queriam os ianques?, pergunto. Queriam uma multa, explica ele rapidinho. Ao escutar compreendi que o tinha subestimado.

Eu estava apressado porque tinha muitos compromissos. Convidei-o a que estivesse presente no encontro com um numeroso grupo de profissionais cubanos altamente qualificados que viajariam para a Bolívia, com o objetivo de se incorporar à Brigada Médica; ela conta com pessoal suficiente para mais de 30 hospitais, entre outras atividades 19 unidades cirúrgicas que podem realizar mais de 130 mil operações oftalmológicas cada não; tudo sob a forma de cooperação gratuita. O Equador dispõe de três centros similares com seis unidades oftalmológicas.

O jantar com o economista equatoriano teve lugar na madrugada do dia 9 de fevereiro de 2006. Quase não houve pontos de vista aos quais eu não fiz referência. Até falei do mercúrio tão daninho espalhado pelas indústrias modernas nos mares do planeta. O consumismo foi logicamente um tema no qual fiz ênfase; o alto custo do quilowatt-hora nas termelétricas; as diferenças entre as formas de distribuição socialista e comunista, o papel do dinheiro, o milhão de milhões que é gasto em publicidade custeado forçosamente pelos povos através dos preços das mercadorias, e os estudos realizados por brigadas sociais universitárias que descobriram, entre as 50 mil famílias da capital, o número de pessoas idosas que moram sozinhas. Expliquei a etapa de universalização dos estudos universitários na qual estávamos envolvidos.

Ficamos muito amigos, embora tal vez se levasse a imagem de que eu era auto-suficiente. Se isso aconteceu, no que a mim respeita foi realmente involuntário.

A partir daí observei cada um de seus passos: o processo eleitoral, o enfoque dos problemas concretos dos equatorianos, e a vitória popular sobre a oligarquia.

Na historia de ambos os povos há muita coisa que nos une. Sucre sempre foi uma figura extraordinariamente admirada junto à do Libertador Bolívar, quem segundo a opinião de Marti, aquilo que ele não fez na América ainda esta por fazer, e como expressou Neruda, desperta em cada cem anos.

O imperialismo acaba de cometer um monstruoso crime no Equador. Bombas mortíferas foram lançadas durante a madrugada contra um grupo de homens e mulheres que, quase sem exceção, dormiam. Isso se deduz de todos os informes oficiais emitidos desde o primeiro instante. As acusações concretas contra esse grupo de seres humanos não justificam a ação. Foram bombas ianques, guiadas por satélites ianques.

Ninguém tem direito de matar a sangue frio. Se aceitarmos esse método imperial de guerra e barbárie, bombas ianques dirigidas por satélites podem cair sobre qualquer grupo de homens e mulheres latino-americanos, no território de qualquer país, se houver ou não guerra. O fato que aconteceu em terra provadamente equatoriana é um agravante.

Não somos inimigos da Colômbia. As anteriores reflexões e intercâmbios demonstram quanto nos esforçamos, tanto o atual Presidente do Conselho de Estado quanto eu, de nos aderir a uma política declarada de princípios e de paz, proclamada há anos em nossas relações com o resto dos Estados da América Latina.

Hoje em dia que tudo está em risco, não nos converte em beligerantes. Somos decididos partidários da unidade entre os povos daquilo que Marti denominou Nossa América.

Guardar silêncio poderia nos converter em cúmplices. Hoje querem sentar na banca dos réus, o nosso amigo, o economista e presidente do Equador Rafael Correa, algo que não podíamos nem sequer imaginar aquela madrugada de 9 de fevereiro de 2006. Parecia então que minha imaginação era capaz de abranger sonhos e riscos de todo tipo, menos algo parecido com o que aconteceu na madrugada do sábado 1º de março de 2008.

Correa tem em suas mãos os poucos sobreviventes e o resto dos cadáveres. Os dois que faltam demonstram que o território do Equador foi ocupado por tropas que atravessaram a fronteira. Agora pode exclamar mesmo como Zola: Eu acuso!

Fidel Castro Ruz

Março 3 de 2008

20h36

Data:

03/03/2008

Source URL: <http://www.comandanteenjefe.net/pt-pt/articulos/rafael-correa?height=600&width=600>